



Política de Investimentos Planos Assistenciais 2026

Dezembro de 2025

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|---|----------|
| 1. | OBJETIVO | 4 |
| 2. | ABRANGÊNCIA | 4 |
| 3. | DEFINIÇÕES | 4 |
| 4. | RESPONSABILIDADES | 4 |
| 4.1 | Conselho Deliberativo – CODE | 5 |
| 4.2 | Conselho Fiscal - COFI | 5 |
| 4.3 | Diretoria Executiva - DREX | 5 |
| 4.4 | Comitê de Investimentos - COI | 5 |
| 4.5 | Demais Agentes Envolvidos | 5 |
| 4.6 | Alçadas e Responsabilidades por Tipo de Investimento | 6 |
| 5. | PRINCÍPIOS | 6 |
| 6. | DIRETRIZES GERAIS | 6 |
| 6.1 | Sobre o Plano | 6 |
| 6.2 | Alocação de Recursos e Limites | 7 |
| 6.2.1 | <i>Limites de Macroalocação</i> | 7 |
| 6.2.2 | <i>Limite de Alocação por Segmento</i> | 7 |
| 6.3 | Índice de Referência | 8 |
| 6.4 | Metas de Rentabilidade e <i>Benchmark</i> por Segmento | 8 |
| 6.5 | Apreçamento dos Ativos Financeiros | 8 |
| 6.6 | Restrições | 8 |

| | | |
|-------------|---|-----------|
| 6.7 | Gestão de Riscos dos Investimentos | 8 |
| 6.8 | Seleção, Acompanhamento, Substituição e Avaliação de Prestadores de Serviços | 9 |
| 6.9 | Critérios Ambientais, Sociais e de Governança | 9 |
| 6.10 | Capacidade Técnica e Mitigação de Conflitos de Interesse | 10 |
| 6.11 | Partes Relacionadas | 10 |
| 6.12 | Controles Internos | 11 |
| 6.13 | Desenquadramentos | 11 |
| 7. | GESTÃO DE CONSEQUÊNCIAS | 11 |
| 8. | DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA | 11 |
| 9. | NOTAS EXPLICATIVAS | 12 |
| 10. | APROVAÇÃO E VIGÊNCIA | 12 |
| 11. | ANEXOS | 12 |
| 12. | CONTROLE DE VERSÃO | 12 |

1. OBJETIVO

A presente Política de Investimento estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos dos recursos dos Planos Assistenciais da Fundação Libertas de Seguridade Social.

Este documento traça as diretrizes que devem reger os investimentos da entidade de forma a garantir segurança, liquidez e rentabilidade necessárias dos planos assistenciais. Os limites e critérios aqui apresentados estão fundamentados em consonância a legislação vigente estabelecida pela Agência Nacional de Saúde (ANS) e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

2. ABRANGÊNCIA

Aplicável a todos os agentes que participam direta ou indiretamente do processo de análise, de assessoramento e do processo decisório sobre a aplicação dos recursos do plano.

3. DEFINIÇÕES

Os termos aqui expostos devem ser entendidos conforme conceitos oficiais da Agência Nacional de Saúde (ANS), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

4. RESPONSABILIDADES

A estrutura de governança de investimentos, em conformidade com o Estatuto da Fundação Libertas e com a presente Política, distribui competências entre os diferentes níveis organizacionais, atribuindo-lhes responsabilidades associadas aos objetivos de atuação, inclusive com o estabelecimento de alçadas de decisão de cada instância.

Além disso, os normativos internos da Entidade, tais como a Instrução Normativa de Investimentos, Instrução Normativa de Riscos de Investimentos, Instrução Normativa Seleção e Monitoramento de Prestadores de Serviço de Investimentos e Regimento Interno do Comitê de Investimentos detalham as responsabilidades e objetivos associados aos mandatos dos agentes que participam do

processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos dos planos da Fundação.

4.1 Conselho Deliberativo – CODE

Aprovar a Política de Investimentos e suas eventuais alterações, bem como deliberar sobre os investimentos de sua alçada.

4.2 Conselho Fiscal - COFI

Fiscalizar o processo decisório de investimentos, a adequada execução da Política de Investimentos e demais políticas relacionadas à gestão dos investimentos, com ênfase no controle de gestão e na gestão de riscos.

4.3 Diretoria Executiva - DREX

Executar as diretrizes fundamentais da gestão dos investimentos e submeter a política de investimentos a deliberação do Conselho Deliberativo.

4.4 Comitê de Investimentos - COI

O Comitê de Investimentos possui caráter deliberativo, cabendo-lhe, precipuamente, acompanhar e avaliar as matérias de investimentos de sua alçada. Sua composição e funcionamento obedece ao seu Regimento Interno, sendo de competência do Conselho Deliberativo a aprovação de seu texto e posteriores modificações.

4.5 Demais Agentes Envolvidos

As responsabilidades e objetivos associados aos mandatos dos demais agentes que participam dos processos envolvendo os investimentos, tais como Comitê de ALM, Gerência de Investimentos, Gerência de Controles Interno e Risco, Gerência de Compliance e Gerência de Contabilidade e Controladoria, estão descritas na IN de Investimentos.

4.6 Alçadas e Responsabilidades por Tipo de Investimento

| Tipos de Fundo/Alçada | Fundo de Caixa e demais fundos já constantes na carteira com liquidez em até D+1 | Novos Ativos Elegíveis e Fundo Dedicado |
|--|---|--|
| Deliberação do Comitê de Investimentos | N/A | V |
| Deliberação da GEINV | V | N/A |

5. PRINCÍPIOS

Os princípios norteadores da gestão dos investimentos da Fundação Libertas envolvem responsabilidade social, ambiental e de governança de forma a contribuir por um desenvolvimento de maneira sustentável. São ainda princípios norteadores da gestão dos investimentos aqueles previstos na legislação aplicável às entidades de previdência complementar fechada e os previstos no Estatuto e demais normativos da Fundação Libertas.

6. DIRETRIZES GERAIS

6.1 Sobre o Plano

A presente política de investimentos considera as especificidades dos planos assistenciais, as necessidades de liquidez e demais características sintetizadas abaixo. Deste modo, a construção da carteira visa a compatibilizar a alocação em ativos com fluxos de pagamento compatíveis com prazos e o montante das obrigações, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro. Os planos administrados pela Fundação Libertas, assim como suas informações básicas, estão apresentados na tabela a seguir.

| QUADRO RESUMO DAS INFORMAÇÕES | | | |
|--|---|------------------------|---------------------------|
| Nome da Operadora | Fundação Libertas de Seguridade Social | | |
| Registro ANS | 37821-6 | | |
| Porte | Operadora de pequeno porte (até 20 mil beneficiários) | | |
| Meta de Rentabilidade | SELIC / CDI | | |
| QUADRO PATROCINADORAS | | | |
| PATROCINADORA | PRODUTO | Nº REGISTRO PRODUTO | DADOS DO PRODUTO |
| (Ex-Minascaixa) | Plano dos Ex-Minascaixa | 08 - Minascaixa | Plano com co-participação |
| Instituto de Agropecuária (IMA) | Plano do IMA | 13 - IMA | Plano Cancelado |
| Fundação Libertas de Seguridade Social | Plano dos Empregados da Fundação Libertas | 06 - Fundação Libertas | Plano Cancelado |
| Fundação Libertas de Seguridade Social | Plano Essencial I dos Empregados da Fundação Libertas | 490.913/21-5 | Plano com co-participação |
| Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais (PRODEMGE) | PRODEMGE FAMÍLIA | 505.037/25-5 | Plano com co-participação |
| Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais (PRODEMGE) | PRODEMGE MASTER | 505.036/25-7 | Plano com co-participação |

6.2 Alocação de Recursos e Limites

6.2.1 Limites de Macroalocação

| Segmento | Alocação Objetivo | Limites | |
|------------|-------------------|----------|----------|
| | | Inferior | Superior |
| Renda Fixa | 100% | 100% | 100% |

6.2.2 Limite de Alocação por Segmento

Os Limite de alocação por modalidade de investimento e segmento de aplicação serão iguais as legislações vigentes aplicáveis aos planos assistenciais.

6.3 Índice de Referência

O Índice de Referência deste Plano é o CDI.

6.4 Metas de Rentabilidade e *Benchmark* por Segmento

| Segmento | Benchmark | Meta de Rentabilidade |
|------------|-----------|-----------------------|
| Plano | CDI | 12,50% |
| Renda Fixa | CDI | 12,50% |

6.5 Apreçamento dos Ativos Financeiros

As informações relativas ao apreçamento dos ativos financeiros estão descritas na IN de Investimentos.

6.6 Restrições

Antes de executar as operações, a Fundação Libertas deve verificar se a ação pretendida está de acordo com a legislação que dispõe sobre as normas que disciplinam a aplicação dos recursos das reservas técnicas, das provisões e dos fundos dos planos assistenciais (CMN nº 4.993/22 e RN ANS 521/22 e eventuais alterações e atualizações legais), verificando se as operações não incorrem em qualquer das vedações previstas na legislação.

Adicionalmente, com base nos termos da Res. CVM 175, as aplicações em novos fundos de investimentos deverão acontecer, preferencialmente, em fundos de “Responsabilidade Limitada”, assegurando que a exposição se restrinja ao valor das cotas detidas pela Entidade. Para eventuais casos em que isso não vier a ser observado, haverá a necessidade de exposição de motivos que justifique tal situação.

6.7 Gestão de Riscos dos Investimentos

A Instrução Normativa de Riscos de Investimentos estabelece os processos, critérios e parâmetros para identificação, análise, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, legal, relacionados à sustentabilidade, imagem e sistêmico, adotados pela Fundação Libertas, considerando o seu porte e a sua complexidade, com relação aos investimentos.

Os critérios para a avaliação, gerenciamento e acompanhamento do risco e do retorno esperado dos investimentos em carteira própria são também apresentados na Instrução Normativa de Riscos de Investimentos.

6.8 Seleção, Acompanhamento, Substituição e Avaliação de Prestadores de Serviços

A contratação de prestadores de serviços relacionados a gestão dos investimentos deve seguir o processo de governança da Fundação Libertas. Os critérios de seleção e monitoramento inclusive os relacionados aos aspectos de sustentabilidade, devem obedecer a Instrução Normativa de Investimentos e a Instrução Normativa de Seleção e Monitoramento de Prestadores de Investimentos.

Os normativos descritos separam as responsabilidades e objetivos associados aos mandatos de todos os agentes que participem do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos do plano.

6.9 Critérios Ambientais, Sociais e de Governança

A Entidade adota uma abordagem responsável e sustentável na gestão dos recursos sob sua administração, reconhecendo que os fatores ambientais, sociais e de governança (ASG) influenciam diretamente o desempenho e a perenidade dos investimentos no longo prazo.

Com base nesse entendimento, a integração de critérios ASG orienta as análises, decisões e o monitoramento dos investimentos, buscando identificar riscos e oportunidades associados à sustentabilidade, à ética corporativa e à boa governança. Essa diretriz complementa os objetivos tradicionais de segurança, rentabilidade e liquidez, fortalecendo o compromisso fiduciário e o equilíbrio atuarial dos planos de benefícios.

Como expressão desse compromisso, a Entidade aderiu aos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), iniciativa global apoiada pela Organização das Nações Unidas (ONU), reforçando sua intenção de alinhar a gestão dos investimentos às melhores práticas internacionais de sustentabilidade e governança no sistema financeiro.

6.10 Capacidade Técnica e Mitigação de Conflitos de Interesse

Os membros dos órgãos de governança têm dever de lealdade com a Fundação e não apenas com os que os indicaram ou elegeram. Há conflito de interesses quando alguém não é independente em relação à matéria em discussão e pode influenciar ou tomar decisões motivadas por interesses distintos daqueles da organização.

Todos os envolvidos direta ou indiretamente no processo de investimentos devem estar certificados, credenciados ou habilitados para o exercício das atividades, sejam pessoas físicas ou jurídicas, conforme normas emitidas pelos órgãos reguladores.

O membro do órgão de governança que não é independente em relação à matéria em discussão ou deliberação deve manifestar, tempestivamente, seu conflito de interesses ou interesse particular. Caso não o faça, outra pessoa deve manifestar o conflito, caso dele tenha ciência. Tão logo identificado conflito de interesses em relação a um tema específico, a pessoa envolvida deve afastar-se das discussões e deliberações. Esse afastamento temporário deve ser registrado em ata. Observando o Código de conduta e ética da Fundação Libertas.

A Libertas estabelece a Política de Conflito de Interesse e Transação com Partes Relacionadas e a Instrução Normativa de Investimentos que detalha e define ações para a mitigação de conflitos, sendo obrigatória a sua observância por todos os participantes, internos e externos.

6.11 Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas devem estar compatíveis com condições de mercado, limites, e de acordo com o princípio da imparcialidade e com as boas práticas de governança corporativa, especificando sempre suas principais características e condições.

Os procedimentos e critérios relativos às operações realizadas em ativos financeiros ligados a patrocinador e aos fornecedores, clientes e demais empresas ligadas ao grupo econômico da

patrocinadora estão descritas na Política de Conflito de Interesse e Transação com Partes Relacionadas e na Instrução Normativa de Investimentos.

6.12 Controles Internos

A Fundação Libertas adota regras, procedimentos e controles internos em observância aos limites, requisitos e demais disposições estabelecidas na legislação que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar. A Instrução Normativa de Investimentos e a Instrução de Riscos de Investimentos da Fundação Libertas detalham os principais controles para mitigar os riscos inerentes a gestão dos investimentos dos planos administrados.

6.13 Desenquadramentos

As regras para tratar os desenquadramentos ativos, passivos e transitórios estarão detalhados na Instrução Normativa de Investimentos e Instrução de Riscos de Investimentos da Fundação Libertas.

7. GESTÃO DE CONSEQUÊNCIAS

Integrantes do quadro corporativo ou outros membros das partes interessadas que observarem quaisquer desvios às diretrizes deste normativo podem relatar o fato por meio do Canal de Ética, com a opção de se identificar ou não.

O descumprimento das regras deste normativo enseja a aplicação de medidas de responsabilização dos agentes que as descumprirem, conforme a respectiva gravidade do descumprimento.

8. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

- a. Estatuto da Fundação Libertas de Seguridade Social.
- b. Regimento Interno Comitê de Investimentos e de ALM.
- c. Instrução Normativa de Investimentos e de Riscos de Investimentos.
- d. Instrução Normativa de Seleção e Monitoramento de Prestadores de Investimentos.

- e. Manual de Apreçamento do Bradesco.

9. NOTAS EXPLICATIVAS

Não aplicável.

10. APROVAÇÃO E VIGÊNCIA

Esta norma entra em vigor em 01/01/2026, revogadas todas as disposições em contrário.

11. ANEXOS

Não aplicável.

12. CONTROLE DE VERSÃO

| VERSÃO | AUTOR | APROVAÇÃO | DATA | ALTERAÇÃO |
|---------------|--------------|-----------------------|-------------|----------------------|
| 000 | GEINV | CODE 599 ^a | 11/12/2025 | Criação do Documento |